

Resposta a Luís Salgado de Matos

O Dr. Matos fez dois comentários sobre o meu artigo, nos quais aponta dois problemas principais: o problema da metodologia e o problema da conceituação teórica. Em relação ao primeiro ponto abordado, julgo que o Dr. Matos tem fundamentalmente razão nas suas críticas — a metodologia quantitativa e as suas aplicações específicas carecem de maior acuidade. Em relação ao segundo ponto abordado, o que se refere à conceituação, penso que o Dr. Matos não captou completamente o argumento teórico do meu artigo. Este o primeiro ponto ao qual desejo referir-me.

O Dr. Matos escreveu: «A explicação oferecida para a crise da Primeira República é excessivamente simples [...]» Ele está certo ao afirmar que a explicação é excessivamente simples, mas erra ao atribuir-me tal explicação. O ponto que mais salientei no meu artigo foi o de que tal explicação é não apenas simples, mas também, o que é pior ainda, caracteristicamente tautológica. (Sobre isto acho que o Dr. Matos também erra ao classificar D. Wheeler junto com Cabral e demais autores citados. Tanto em relação à estrutura do argumento como em relação à natureza das conclusões, Wheeler está muito mais próximo de Marques do que de Cabral.) Penso que esses tipos de explicações, que o Dr. Matos chama simples e eu estou a chamar tautológicas, em verdade resultam de questões equivocadas. A razão do término da República, ou o porquê da ocorrência do golpe militar em 28 de Maio, geram alguns entraves que favorecem certos tipos de respostas em vez de outras. Não acredito que explicações tais como conflito de personalidades, fraccionamento de partidos políticos e instabilidade política sejam puramente acidentais para a questão do término da República. Neste sentido, o que eu sugeri no meu artigo foi a necessidade de se considerarem diferentes perguntas, o que requer a reconceituação do tema. Portanto, propus que seria de fundamental importância salientar as similaridades, e não as diferenças, entre a queda do 45.º governo e a dos outros 44 governos precedentes; e também salientar as similaridades, e não as diferenças, entre o golpe militar de 28 de Maio e os demais. Em resumo, achei que seria muito mais frutífero perguntar o porquê de a Primeira República ter sido tão instável politicamente. Antes de responder a esta questão, no entanto, tive de descrever o processo de instabilidade política tal qual se apresentava, o que fiz na segunda parte do meu artigo, parte também criticada pelo Dr. Matos.

Penso que o Dr. Matos apontou correcta e lucidamente alguns dos maiores problemas envolvidos na metodologia quantitativa e nas suas aplicações. Gostaria, no entanto, de responder a dois pontos em particular.

Em primeiro lugar, contrariamente ao que o Dr. Matos afirma, «a queda do Governo devido a eleições» não foi excluída do meu esquema. Todos os casos dessa natureza foram classificados como «acções do Parlamento». Em segundo lugar, a demissão de Afonso Costa foi, sem dúvida, forçada pelo presidente Arriaga. «Pacificamente?» Vamos ver. Um certo número de diferentes fontes históricas pode ser contraposto à *História da 1.ª República*, como, por exemplo: Manuel Arriaga, *Na Primeira Presidência da República*, 1916: pp. 83-86; Duarte de Almeida, *Regímen Republicano*, 1935: pp. 71-72; David Ferreira, *História Política da 1.ª República Portuguesa*, 1937: vol. I, parte I, pp. 112-133; António Viana Martins, *Da 1.ª República ao Estado Novo*, 1976: pp. 62-63; e *O Século* de 1914. Estas fontes deixam bem claro que a queda do Governo foi o último acto de uma série de eventos políticos. Poucos dias antes do pedido de demissão, Machado Santos organizou uma manifestação em frente da casa de Arriaga, na qual se reclamou uma série de modificações no Governo. Ao mesmo tempo, o Governo, que havia perdido a maioria absoluta no Senado, estava empenhado numa verdadeira batalha contra a Oposição. O ponto crítico foi a indicação, pelo ministro das Colónias, do governador da Guiné. A Oposição no Senado protestou contra o que qualificou de abuso do artigo 25.º da Constituição. Foi o jogo das oposições do Senado que tornou a vida extremamente difícil ao Governo. A conclusão a que cheguei, depois de analisar esta multiplicidade de factores, foi a de que o Governo caiu por causa do Parlamento, apesar do facto de o presidente ter enviado um pedido formal de demissão.

Entrementes, se o Dr. Matos e eu nos reuníssemos, ele com a sua *História da 1.ª República* e eu com as outras fontes de referência, mesmo que chegássemos a um acordo sobre o Governo de Costa, sobre o Governo de Alexandre Braga (seria o Governo de Azevedo Coutinho?) e sobre os demais governos, acredito que isso não diminuiria o valor das suas críticas gerais, que, como anteriormente afirmei, estão essencialmente correctas. Talvez o meu esquema classificativo das causas da queda dos governos não seja a melhor solução para o dilema de como codificar causas múltiplas. Tais classificações deveriam possibilitar estudos comparativos no campo internacional — sobre isto o Dr. Matos tem plenamente razão.

Em defesa do meu exercício teórico de quantificação, diria que ele é não só de grande utilidade, mas também de imprescindível valor na narração histórica de 45 governos. Mas o ponto fundamental é o seguinte: este modelo quantitativo não é nem analítico, nem explanatório, mas apenas descritivo. Desta forma, a utilidade deste tipo de instrumento deve ser avaliada em relação a até onde tal instrumento pode gerar informações e pistas teóricas para futuros trabalhos. E, para mim, a validade deste modelo é uma questão ainda por discutir.